

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Dólar alto pode elevar preço da gasolina	2
Título: Leilões de infraestrutura podem ficar no papel	3
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Notas	4
VEÍCULO: Correio Braziliense	4
Título: Segura partidos	4
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: “Momento político não é favorável para atrair recursos”	5
Título: Com investidor perplexo, temor é de adiamentos nas concessões	6
Título: Petrobras mantém política de preços, diz Parente	7
Título: Petrobras e Eletrobras são afetadas	9
Título: Incertezas podem afetar o rumo traçado para setor	10
Título: Cemig terá dificuldades para rolar suas dívidas	12
Título: Petroleiras dos EUA saem da crise e enfrentam Opep	12
Título: Reforma do marco regulatório da mineração	15

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Ramona Ordoñez e Pollyana Bretas****Título: Dólar alto pode elevar preço da gasolina**

Presidente da Petrobras diz que revisões consideram petróleo e câmbio

A disparada da cotação do dólar após a delação dos donos da JBS poderá se refletir em reajuste nos preços da gasolina na próxima revisão da política de preços dos combustíveis da Petrobras. O presidente da estatal, Pedro Parente, que estava ontem em evento em Nova York, destacou que os preços dos combustíveis refletem principalmente a cotação do petróleo no mercado internacional e o câmbio. Ele lembrou que a política de preços que prevê revisões periódicas visa justamente a proteger a companhia das oscilações. — Dependendo da combinação, que inclui o preço da commodity (petróleo) e do câmbio, em nossa revisão vamos reagir para cima ou para baixo.

A política de preços é exatamente a mesma para proteger a companhia. Hoje (ontem) é um dia atípico, com reação muito forte aos acontecimentos da maior gravidade. Teremos que acompanhar para ver o que vai acontecer nos próximos dias — disse Parente. Sobre possíveis mudanças no governo, Parente lembrou que seu mandato como presidente da Petrobras é até abril de 2019 e que, se for mantida pelo sócio majoritário da companhia (União) a gestão independente da estatal, não vê razões para deixar o cargo antes do fim do prazo: — Se ele (Temer) sair, se o novo governo mantiver as linhas básicas de ação do governo anterior, como o funcionamento da Petrobras como uma empresa tomadora de decisões de acordo com a racionalidade econômica, não há nenhuma razão para eu sair da empresa.

VAREJO DO RIO DISCUTE CRISE

Já a presidente do BNDES, Maria Silvia Bastos Marques, destacou na abertura do XXIX Fórum Nacional que o país não pode perder o foco na retomada da economia, mas reconheceu que ainda é impossível saber o desfecho da crise política: — Não sabemos. O momento é de trabalhar ainda mais, ter serenidade para aguardar o que vai acontecer. Diante das incertezas, o setor varejista do Rio marcou uma reunião de emergência para hoje a fim de discutir os desdobramentos da crise política. Na lista de preocupações estão o andamento das reformas, a promessa de ajuda federal à economia do estado e o comportamento do dólar. A avaliação dos empresários é que, caso a crise se aprofunde, será necessário repassar a alta da moeda americana ao preço dos produtos. — O mercado de câmbio é imprevisível. A inflação está baixa em razão

da queda no consumo. É uma equação difícil — disse um empresário que participará do encontro

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Geralda Doca e Manoel Ventura

Título: Leilões de infraestrutura podem ficar no papel

Crise reduz a credibilidade do país e a atratividade de projetos que iriam trazer ao menos R\$ 45 bilhões em investimentos

Governo e analistas admitiram ontem que a gravidade da crise política e a nuvem de incertezas que ela gera para a economia reduzem a credibilidade do país e a atratividade dos projetos de infraestrutura que seriam concedidos este ano à iniciativa privada, com investimento mínimo estimado de R\$ 45 bilhões. Há 15 leilões programados para 2017. Entre eles estão os de hidrelétricas, rodovias, ferrovias e campos de exploração de petróleo, incluindo na camada de pré-sal. Uma trava nas concessões é má notícia ainda do ponto de vista fiscal. Com dificuldades para fechar as contas deste ano, que preveem rombo de R\$ 139 bilhões, a equipe econômica conta com R\$ 10,8 bilhões de arrecadação nos leilões de infraestrutura para cumprir a meta. Só o leilão de quatro usinas hidrelétricas deveria levantar R\$ 11 bilhões.

Na avaliação dos técnicos que acompanham o programa de concessões, os certames de energia e petróleo deverão ser os mais afetados, uma vez que os investimentos são muito elevados e embutem alto risco. Ao longo do dia de ontem, analistas e investidores estavam atônitos e trocavam telefonemas a cada nova revelação. Isso porque a expectativa positiva sobre o Brasil era crescente, e as apostas eram que o país estava de volta à rota dos investimentos. Presidente da BF Capital, Renato Sucupira explica que investimento de longo prazo pressupõe estabilidade. Ele lembrou que o sucesso dos últimos leilões, como aeroportos e linhas de transmissão de energia, foi resultado da melhoria de percepção na condução da economia brasileira.

— Hoje, você não tem como prever nada. Todo mundo está com medo. Isso é muito ruim. É um desastre para o Brasil — disse Sucupira. Diante das turbulências, a tendência é que os investidores de longo prazo se afastem neste primeiro momento. Segundo Gesner Oliveira, há dois cenários possíveis hoje na cabeça dos investidores: um em que o presidente consegue dar explicações e reconquistar um mínimo de confiança; e outro no qual a posição de Temer fica insustentável e ocorre uma mudança de governo. O retorno do apetite deles por ativos brasileiros vai depender dos desdobramentos políticos e da blindagem da economia, em caso de mudança de governo.

Vão pesar a blindagem da economia, a equipe econômica que tocará o barco, o compromisso da nova gestão com a aprovação das reformas no Congresso e a manutenção do modelo atual das concessões, com regras transparentes e parâmetros do mercado. — No curto prazo, o impacto para os investimentos é muito ruim. Há uma incerteza muito grande — diz o economista Gesner Oliveira, da GO Associados. Técnicos do programa de concessões concordam que o impacto é imediato e obrigará o governo a rever o cronograma. — Agora, todo o trabalho para mostrar aos mercados que o ambiente no país era seguro para investir fica em suspenso — admitiu uma fonte.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt e Fernanda Guimarães

Título: Notas

» **Desembarque.** A ameaça de desembarque de ministros do governo Michel Temer preocupa o setor de energia. Os olhos dos agentes estão voltados para o ministro Fernando Coelho Filho, de Minas e Energia, cujo partido, o PSB, pediu renúncia em razão das denúncias que envolvem o presidente. O setor, que mais tem movimentado o mercado de renda fixa corporativa, de fusões e aquisições e atraído investidores estratégicos, pode ter sua importante reforma regulatória atrasada.

» **Mal precificado.** Gestores dizem que a reação do mercado de câmbio e a percepção do investidor estrangeiro, com base no preço dos títulos emitidos por empresas e pelo governo no exterior ainda não revelam totalmente a atual crise política. O título de dívida da Petrobrás com vencimento em 10 anos negociado no exterior caiu para um patamar de preço em que estava há dois meses, o que, para alguns, sinaliza mais correção em baixa dos preços dos ativos.

» **Crivo asiático.** A Shanghai Electric está a um passo de fechar parceria com a Eletrosul, subsidiária da Eletrobras, para assumir as obras de um projeto de transmissão no Rio Grande do Sul orçado em R\$ 3,3 bilhões. O acordo final pode ser fechado hoje (19).

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Denise rothenburg

Título: Segura partidos

O ministro da Indústria e do Comércio, Marcos Pereira (PRB), prometeu, inclusive, uma carta de apoio ao presidente. Quem está com dificuldades de atender ao

pedido de permanência na equipe de Michel Temer é o ministro de Minas e Energia, Fernando Filho (PSB-PE). O presidente do PSB, Carlos Siqueira, conforme antecipou o blog no site do Correio Braziliense, deu ao pernambucano um ultimato para deixar o governo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt

Título: "Momento político não é favorável para atrair recursos"

Após cumprir etapa preliminar à realização do leilão de quatro hidrelétricas, o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino, admitiu que o cenário político conturbado pode prejudicar a atração de investidores para o setor. A diretoria da agência realizou ontem reunião extraordinária em que abriu audiência pública para discutir aprimoramentos na minuta do edital de relicitação de quatro hidrelétricas operadoras pela Cemig que tiveram a concessão retomada pela União ao final dos contratos.

"O setor elétrico segue normalmente atendendo às regras, às leis postas, à necessidade de demanda. Agora, sobre a atratividade do leilão, é claro que o momento político não é favorável", afirmou Rufino a jornalistas após ser questionado sobre o impacto das denúncias contra o presidente Michel Temer.

O leilão das usinas está previsto para o dia 22 de setembro. Rufino ressaltou que os parâmetros de custo da energia e pagamento da bonificação de outorga, que podem tornar as usinas mais ou menos atrativas ao mercado, foram definidos pelo Ministério de Minas e Energia. Ele disse ainda que, nesse caso, à Aneel caberá ser apenas uma "mera executora" do certame, restando ao governo decidir sobre mudanças nas condições ou na data de realização.

Rufino reconheceu que um dos parâmetros dos leilões que normalmente refletem o momento econômico do país é custo médio ponderado de capital (Wacc, na sigla em inglês). Ao definir esse percentual para as concessões, a agência considera fatores como o custo Brasil e de captação de recursos no mercado.

No caso do leilão de setembro, o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) estabeleceu o Wacc de 8,08% ao ano, sem tributos, para assegurar a remuneração capaz de cobrir o valor mínimo da bonificação de outorga que totaliza R\$ 11 bilhões ao longo dos 30 anos de concessão das usinas.

Na discussão sobre outro item da pauta, a impugnação da licitação para atender necessidades das regiões dos sistemas isolados, a diretoria também tratou do

atual momento político difícil do país. Em manifestação oral, algumas empresas quiseram adiar a concorrência.

"Um dos motivos de ter agência reguladora separada do Estado é manter o seu funcionamento independente de qualquer evento político", afirmou o diretor da Aneel Tiago Correia. Ele reforçou dizendo que o trabalho da autarquia deve continuar "independentemente de percalços que possam ocorrer na esfera política".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Marta Watanabe e Luciano Máximo

Título: Com investidor perplexo, temor é de adiamentos nas concessões

A crise política detonada com a divulgação de gravações envolvendo o presidente Michel Temer pode prejudicar os investimentos e adiar o programa de concessões do governo federal, segundo analistas. Consultores relatam que os investidores estrangeiros foram surpreendidos com a notícia num momento em que começavam a olhar o país com maior otimismo e até "encantamento" por conta da evolução das reformas e da retomada da economia.

Para Welber Barral, ex-secretário de comércio exterior e sócio da Barral M Jorge, as denúncias contra o presidente podem adiar o programa de concessões do governo federal para 2022. Uma nova crise política reverte o quadro de retomada da economia do país, diz ele, e gera incertezas para qualquer desfecho possível de se imaginar para o governo Temer.

O futuro das reformas é uma das preocupações, diz Barral. Sem a reforma previdenciária, avalia ele, o déficit fiscal para o ano que vem e para 2019 deve ser muito maior, o que afeta os investimentos em infraestrutura e a capacidade de atração para as concessões. "Se a reforma não for aprovada até o segundo semestre deste ano, não será aprovada no ano que vem. Em 2019 teremos um novo governo que eventualmente conseguirá aprovar uma proposta em 2020. Isso gerará caixa em 2021 e o programa de concessões voltará somente em 2022." O Brasil, diz Barral, precisa reduzir a incerteza qualquer que seja o presidente. "As reformas precisam ser aprovadas a qualquer custo e é preciso imunizá-las dos efeitos da crise política." Ele reconhece, porém, que separar esses dois componentes parece muito remoto neste momento.

A ex-secretária de Fazenda de Goiás e sócia da Oliver Wyman Ana Carla Abrão estava nos Estados Unidos na noite de quarta, quando foram ao ar as notícias sobre as gravações envolvendo Temer. "A notícia caiu como uma bomba", conta.

"Saí de Nova York com as pessoas em estado de choque depois de três dias de encantamento em relação às possibilidades que o Brasil começava a mostrar."

Ana Carla estava em Nova York desde segunda-feira. Na terça, participou da cerimônia em que João Doria (PSDB), prefeito de São Paulo, recebeu premiação de "Person of the Year" da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos. Nos eventos dos dias que se seguiram ao da cerimônia, Ana Carla conta que teve mais de seis reuniões com representantes de fundos de investimentos. "Impressionante como o clima estava positivo, não somente com as reformas, mas com a própria condução do governo. O Brasil vinha num processo muito positivo e o governo perdeu a capacidade de avançar nas reformas necessárias e que já estavam sinalizando recuperação."

Na quarta, ao deixar os EUA, diz ela, o clima era de perplexidade. Tudo deve ainda ser investigado, pondera, mas as notícias criam incerteza. "Isso tirou as reformas do foco e colocou no lugar uma crise institucional."

Gesner Oliveira, economista-chefe da GO Associados, também fala da sensação de perplexidade na conversa com executivos de fundos de investimentos brasileiros e estrangeiros. "O impacto no curto prazo é muito negativo. E isso só pode ser atenuado se a política econômica for blindada dessa crise. Independentemente do desfecho, seja a troca de presidente ou eleição direta ou indireta, seria importante manter nomes-chaves da equipe econômica." Para ele, é necessário preservar a equipe, as atuais reformas e também os programas de investimento, que têm como linha mestra o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos). "Se isso for mantido é possível administrar o dano. O contrário seria retroceder dois anos no tempo."

No setor de óleo e gás, porém, que ensaia uma retomada dos investimentos, as revelações contra Temer podem não ter tanto impacto, avalia Décio Oddone, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP). Ele participou de vários encontros com investidores esta semana e as preocupações, conta, eram todas de longo prazo. "Hoje coloquei um panorama do setor nos próximos anos, as próximas rodadas, e depois das conversas iniciais na sessão de debates ninguém perguntou nada sobre a situação de curto prazo do Brasil." (Colaborou Claudia Schüffner, do Rio)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliano Basile | De Nova York

Título: Petrobras mantém política de preços, diz Parente

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, avaliou ontem, durante evento em Nova York, que a elevada brusca do dólar não deverá afetar os preços dos combustíveis nem a dívida da companhia. Segundo o executivo, a estatal vai manter o seu planejamento estratégico diante da crise política, com a continuação do processo de venda de ativos e sem alterações na política de preços de combustíveis.

Uma eventual saída de Michel Temer da Presidência da República também não afetaria a Petrobras, pois o conselho de administração da companhia aprovou um mandato para o presidente-executivo até abril de 2019, destacou Parente.

"É exatamente pelo fato de termos uma política de preços que prevê um ajuste no mínimo mensal é que a companhia pode reagir a esses movimentos de maneira adequada", afirmou Parente, antes de fazer uma apresentação no evento do Banco Itaú, no hotel Lotte New York Palace, em Nova York.

De acordo com ele, como não forma o preço de commodities e também não interfere na definição do câmbio, a companhia deverá reagir conforme os acontecimentos. Questionado se os acontecimentos poderiam mudar a política de preços, Parente respondeu: "De maneira nenhuma. Será exatamente a mesma. E é por termos uma política dessa natureza que a companhia fica protegida num momento como esse".

A dívida da empresa também não será afetada, avaliou Parente. "O que nos importa é o impacto do dólar sobre a totalidade das contas da companhia. Uma depreciação do real tem um valor no consolidado, no conjunto, um impacto positivo para a empresa." Esse impacto positivo se dá, de acordo com ele, em função da combinação das receitas da empresa, em dólar, e das despesas, nas quais há uma parte em dólar e outra em real. "Quando se faz essa resultante, ela é positiva para a empresa", afirmou.

Parente disse que o dia é muito atípico "com uma reação muito forte a acontecimentos da maior relevância". "Nós temos que acompanhar para ver o que acontecerá nos próximos dias."

Ele não quis comentar a respeito das possibilidades de a crise se intensificar ou arrefecer. "Quem sou eu para falar algo diante de uma crise dessa magnitude. O que podemos dizer com serenidade é que a empresa vai continuar trabalhando e vamos operar a empresa de acordo com o nosso planejamento estratégico."

O presidente da Petrobras afirmou estar disposto a concluir o seu mandato até abril de 2019, mesmo que surjam mudanças na Presidência da República nesse momento, como, por exemplo, uma eventual saída do presidente Michel Temer.

"Esse é o quadro existente e estou disposto a cumprir essa situação institucional", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Petrobras e Eletrobras são afetadas

Enquanto há uma preocupação imediata sobre a permanência ou não dos presidentes das duas principais estatais do país, Petrobras e Eletrobras, o clima político e econômico de incertezas pode atrasar os planos de desinvestimentos das duas companhias, colocando em risco as estratégias para redução de endividamento.

No caso da Petrobras, o câmbio é outro fator fundamental, devido à grande exposição da dívida da companhia ao dólar.

Para se ter uma ideia do efeito da variação cambial no balanço da estatal petroleira, a dívida líquida total saiu de R\$ 369,5 bilhões no primeiro trimestre do ano passado para R\$ 301 milhões no fim de março, uma queda de 18,5%. Em dólar, porém, o endividamento líquido total caiu apenas 8,5%, saindo de US\$ 103,8 bilhões para US\$ 95 bilhões.

Esse foi um dos principais fatores que ajudou a Petrobras a sair de uma alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda de 5,11 vezes no fim de 2015 para 3,24 vezes ao fim de março deste ano.

A alta recente do dólar causada pelas turbulências políticas pode atrapalhar os planos da petroleira de chegar a uma alavancagem de 2,5 vezes no próximo ano.

No caso da Eletrobras, o objetivo da atual gestão é reduzir o endividamento para 4 vezes, ante 5,7 vezes ao fim de março. Para isso, precisam de ganhos de eficiência, cortes de custos, e vendas de ativos.

Outro ponto fundamental para a estatal petrolífera e para a holding de energia é a questão da atratividade dos seus ativos para os investidores internacionais.

As duas companhias têm planos ambiciosos de desinvestimento, fundamentais para que as metas de redução da alavancagem sejam alcançadas. A Petrobras pretende se desfazer de US\$ 21 bilhões em ativos neste ano e no próximo, enquanto a Eletrobras tem uma meta mais modesta -- mas proporcional à companhia -- de vender R\$ 4,6 bilhões em ativos.

O problema é que, dadas as incertezas sobre o governo brasileiro, o risco regulatório é muito grande, e pode afastar ou, no mínimo, postergar a conclusão de acordos de venda.

Não se sabe, por exemplo, se o Ministério de Minas e Energia, que tem o controle sobre as estatais, continuará comandado por Fernando Coelho Filho, do PSB (ver Incertezas podem afetar o rumo traçado para setor). Caso o atual ministro saia, não se sabe quem vai assumir no seu lugar, nem se serão feitas alterações nos comandos das duas estatais.

Empresários e investidores ouvidos pelo Valor são unânimes na defesa da manutenção de Pedro Parente na presidência da Petrobras e de Wilson Ferreira Junior na Eletrobras. No entanto, sem saber o que acontecerá com o governo de Michel Temer, operações de grande porte devem ser suspensas ao menos por ora.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Incertezas podem afetar o rumo traçado para setor

Executivos do setor e do mercado de energia elétrica avaliam que uma eventual saída do deputado federal Fernando Coelho Filho (PSB-PE) do Ministério de Minas e Energia (MME), pode afetar o rumo ou até travar as discussões em andamento na pasta sobre aperfeiçoamentos no modelo regulatório do setor.

Ontem, o presidente nacional do PSB, Carlos Siqueira, defendeu, em nota, a saída do ministro, diante das denúncias de que o presidente Michel Temer teria recebido propina da JBS por meio do deputado afastado Rocha Loures (PMDB-PR) e negociado com a empresa a compra do silêncio do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ), que está preso em Curitiba.

O líder da bancada do PSB no Senado, Fernando Bezerra (PE), porém, marcou para segunda-feira apenas uma reunião da bancada "para que, após o conhecimento pleno dos fatos, deliberemos uma posição coletiva sobre a grave conjuntura política atual".

Esta é a segunda vez que há um racha no partido sobre a continuidade do apoio ao governo.

A avaliação dos participantes do Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico (Enase), principal evento do calendário do mercado de energia elétrica do país, foi que o ministro e sua equipe estão buscando solucionar problemas

importantes do setor, como o risco hidrológico das geradoras, a sobrecontratação das distribuidoras e a inadimplência nas liquidações do mercado de curto prazo.

Pior do que o ministro entregar o cargo pode ser a saída do secretário-executivo da pasta, Paulo Pedrosa, e do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Luiz Augusto Barroso. Para os executivos, os dois nomes são considerados peças importantes na elaboração de medidas para solucionar problemas do setor e principalmente no diálogo com o mercado.

Pedrosa, que estava previsto para participar do segundo, e último, dia do Enase, ontem, no Rio, e inclusive havia marcado encontros informais com executivos no seminário, não compareceu ao evento. O Valor apurou que o secretário-executivo do MME retornou ontem cedo à Brasília para se reunir no ministério.

De acordo com uma fonte próxima da equipe energética do governo, não se sabe ainda o que pode acontecer no planejamento do setor no país. "Não conseguimos planejar nem as próximas horas, quanto mais as concessões", disse, sob a condição de anonimato.

Com as denúncias contra o presidente Temer e as incertezas com relação ao atual governo e ao ministério de Minas e Energia, a agenda do Enase acabou ficando em segundo plano. Em vários momentos do seminário, havia mais participantes conversando na área externa do que no auditório onde as apresentações eram feitas.

O executivo de uma multinacional do setor energético, presente ao encontro afirmou que há um "mar de dúvidas" no momento. Segundo ela, o melhor caminho seria Temer renunciar e o seu substituto, provavelmente por eleição indireta, manter a agenda de medidas propostas pelo atual governo.

Outro executivo ouvido pelo Valor, que se disse "perplexo" com o que aconteceu, também afirmou que o momento é de incertezas. Segundo ele, é difícil saber qual a perspectiva sobre realizações de leilões este ano, pois isso dependeria do governo e não se sabe se ainda haverá governo e quem será o governo.

Cláudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, ressaltou que Coelho Filho tem dado apoio para enfrentar questões relevantes do setor e nomeou uma equipe altamente técnica. "Não podemos perder a capacidade de atrair investimentos", destacou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: Cemig terá dificuldades para rolar suas dívidas**

A Cemig, que está se movimentando para tentar recomprar quatro usinas hidrelétricas em um leilão - até ontem, pelo menos - previsto para setembro, deve ser fortemente pressionada pelas incertezas enfrentadas no mercado financeiro. O problema da estatal mineira não é a exposição ao câmbio, mas a necessidade de rolagem de uma dívida considerável no curtíssimo prazo.

A estatal mineira tem R\$ 4,7 bilhões em dívidas vencendo em 2017, sendo uma parcela grande no curtíssimo prazo. A empresa tem ainda outros R\$ 3,9 bilhões vencendo em 2018. Com o aumento da percepção de risco no país, aumento do câmbio e risco de paralisação nos cortes de juros, a situação da companhia para renegociar essa dívida fica mais difícil.

Mesmo com a melhora recente no mercado de capitais e nas condições de crédito, o custo nominal da dívida da empresa subiu no último trimestre, indo a 15,95%, ante 15,13% em março de 2016. O custo real também disparou, saindo de 5,58% um ano antes para 8,29%. O cronograma médio de amortização da dívida é de 2,6 anos, para um total de R\$ 13 bilhões.

Ao mesmo tempo, a companhia mantém o discurso de que pretende entrar no - possível - leilão de relicitação das suas quatro usinas, cuja outorga mínima estabelecida pelo governo é de R\$ 11 bilhões.

No cenário atual, a estratégia colocada pela companhia recentemente se mostra ainda mais arriscada. A Cemig foi ao exterior a fim de apresentar a companhia para investidores americanos e europeus, com a ideia de fazer uma emissão de bônus em dólar.

No início desta semana, o diretor financeiro da Cemig, Adézio de Lima, disse que o plano era fazer a emissão em junho. Considerando cenário para o câmbio agora, esse movimento deve ser descartado.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ed Crooks | Financial Times, de Nova York****Título: Petroleiras dos EUA saem da crise e enfrentam Opep**

Desde que assumiu como secretário-geral da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) em 2016, Mohammad Barkindo, tenta criar laços de contato com a maior ameaça ao cartel de produtores da commodity: as pequenas e médias empresas americanas de petróleo de xisto, que se consolidaram como a nova força mais potente do setor petrolífero no século XXI.

"Elas têm uma história muito rica a contar: a forma como foram capazes de arquitetar esta revolução. Acho que deveriam ser saudadas por ter feito o que fizeram", disse Barkindo em conferência em Londres realizada em fevereiro. "Muitas delas, infelizmente, foram reduzidas a lápides."

A má notícia para a Opep é que muitas das empresas que tombaram se recusaram a ficar em seu túmulos. As concordatas de firmas americanas de exploração e produção dispararam depois que as cotações do petróleo começaram a cair há cerca de três anos, com 114 delas tendo entrado com pedido de recuperação judicial pelo Capítulo 11 da lei de falências americana em 2015 e 2016, segundo a banca de advocacia Haynes e Boone. Essas empresas, no entanto, como os monstros dos filmes de terror, vêm se mostrando extraordinariamente difíceis de matar.

Oito das dez maiores empresas do setor que recorreram ao Capítulo 11 saíram da concordata e ainda estão em operação, tendo conseguido se livrar de dívidas de bilhões de dólares.

"Em muitos aspectos somos as mesmas, mas em outros aspectos ficamos melhores", disse Michael Watford, executivo-chefe da Ultra Petroleum - que saiu do Capítulo 11 em abril - em teleconferência para analistas neste mês.

Em geral, essas sobreviventes viram-se obrigadas a cortar a produção, mas agora muitas planejam expandir-se. Em muitos casos, elas mantiveram suas equipes administrativas anteriores à recuperação judicial, valendo-se de incentivos financeiros generosos.

A tenacidade das empresas de petróleo de xisto é uma prova da leniência das leis de falência dos Estados Unidos e da exuberância dos mercados de capital. O financiamento das firmas americanas de exploração e produção de petróleo por meio de novos títulos de dívida diminuiu por algum tempo em 2016, mas desde então recuperou-se, enquanto o capital levantado por meio de emissão de ações chegou a um volume recorde em 2016.

Quando a Arábia Saudita, que na prática é a líder da Opep, decidiu permitir que os preços do petróleo caíssem no quarto trimestre de 2014 ao não restringir as cotas de produção, estava tentando deliberadamente empurrar para fora do mercado as empresas de custo de produção mais alto, como as firmas de petróleo

de xisto dos EUA. A Opep esperava que esses produtores ficassem altamente endividados e, assim, perdessem o acesso a capital.

A onda de recuperações judiciais tornou o segmento mais forte, ao eliminar grandes encargos com dívidas

As empresas americanas de petróleo de xisto, contudo, conseguiram cortar custos e aumentar a produtividade assombrosamente. Seus prejuízos, embora substanciais, não foram grandes o suficiente para afugentar investidores. A onda de recuperações judiciais tornou o segmento mais forte, ao eliminar grandes encargos com dívidas e ao levar produtores a transferir ativos para empresas com mais capital para investir.

A SandRidge Energy, de Oklahoma, por exemplo, entrou com pedido de concordata em maio de 2016, pior momento da atividade no segmento. Saiu do Capítulo 11 em outubro, com a eliminação de US\$ 3,7 bilhões de dívidas, e voltou a ter ações negociadas na Bolsa de Valores de Nova York. Na semana passada, divulgou lucro líquido de US\$ 51 milhões no primeiro trimestre de 2017, em comparação ao prejuízo de US\$ 324 milhões contabilizado no mesmo período do ano anterior. Nos últimos 12 meses, reduziu os custos de produção por barril em cerca de 27% e deixou de precisar pagar juros sobre suas dívidas, algo que no primeiro trimestre de 2016 havia lhe custado US\$ 81 milhões.

A produção de petróleo caiu, mas o executivo-chefe da SandRidge, James Bennett, disse a analistas na semana passada que esperava vê-la começar a aumentar no segundo semestre deste ano. A empresa contou com apenas uma plataforma em operação na maior parte do primeiro trimestre, mas adicionou uma segunda no fim do período e prevê mais uma em meados deste ano.

Outra empresa que ganhou uma segunda vida foi a Halcon Resources, que em julho de 2016, assim como a SandRidge, entrou com um tipo de recuperação extrajudicial conhecida nos EUA como "pré-configurada", e saiu da concordata em setembro. A Halcon também conseguiu recuperar a lucratividade: saiu de um prejuízo líquido de US\$ 567 milhões da empresa antecessora no primeiro trimestre de 2016, para um lucro de US\$ 189 milhões do grupo sucessor no primeiro trimestre deste ano.

A Halcon, da mesma forma, pretende expandir-se. Recentemente, a empresa colocou em operação uma segunda plataforma na Bacia de Willinston, na Dakota do Norte, e anunciou em janeiro que vai investir cerca de US\$ 840 milhões para comprar ativos na região permiana do Texas, atualmente o lugar mais disputado da expansão do petróleo de xisto nos EUA.

As empresas que saem de concordatas deverão enfrentar mais pressões para crescer rapidamente, já que sofreram uma mudança na composição de seus investidores, segundo Charles Beckam, da Haynes e Boone. Muitos fizeram operações de troca de dívidas por ações, o que significa que os detentores de bônus se tornaram acionistas.

"Os novos donos não vão ser nem de perto tão pacientes com a administração quanto os antigos acionistas foram", diz Beckam. "Eles vão querer que o desempenho se recupere rapidamente."

Nem toda empresa que sai da recuperação judicial tem a mesma determinação em expandir-se. A Samson Resources, que entrou no Capítulo 11 em setembro de 2015, vendeu muitos de seus ativos antes de emergir como Samson Resources II em março. Na semana passada, divulgou que também planeja vender seus direitos de perfuração no leste do Texas e na Lousiana. Essas transações, porém, vão fortalecer o setor, já que as reservas de petróleo e gás vão acabar parando nas mãos de empresas com a força financeira para explorá-las melhor.

Nas últimas semanas, a Opep já deve ter ficado incomodada com o alto nível dos estoques mundiais de petróleo, que continuam teimosamente elevados. Como se fossem uma aparição, as produtoras de petróleo de xisto estão de volta à cena e se tornaram mais um motivo de nervosismo para o cartel e todos os outros que produzem petróleo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Frederico Rodrigues, Eduardo Carvalho e Luciano Souza

Título: Reforma do marco regulatório da mineração

A atividade de mineração está inserida na história brasileira desde a colonização, iniciando-se com a corrida do ouro no final século XVII até os dias atuais, com atuação essencial nas mais diversificadas indústrias, incluindo a produção de fertilizantes e medicamentos, a construção civil, a metalurgia e a siderurgia.

Por se tratar de um setor que representa aproximadamente 8% do PIB brasileiro e um dos principais responsáveis pelo superávit da balança comercial, era de se esperar que o Estado dedicasse especial zelo na regulação da indústria de mineração, na linha de outras grandes economias minerárias mundiais, como Canadá e Austrália.

Cuida-se de indústria que necessita de vultosos investimentos para pesquisa, exploração, desenvolvimento, extração, escoamento, industrialização e comercialização, sendo que nem toda pesquisa resulta na positiva identificação

de minérios economicamente viáveis. Necessário, pois, previsibilidade jurídica para incentivar o dispêndio de enormes capitais requeridos pelo setor, quer por via captação de mercado, quer via financiamentos de agências de fomento e/ou bancos, nacionais ou estrangeiros.

O financiamento do setor ficou relegado a segundo plano e a criação de títulos específicos para a área não foram priorizadas

Contudo, temos uma legislação arcaica, que não reconhece sequer as principais formas de garantias existentes no direito civil e não cuida de outros temas extremamente importantes como a regulação ambiental e uma plataforma de incentivo para solução da questão das populações afetadas. Some-se a isso o fato de o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) - autarquia responsável pelo setor - não possuir quadros suficientes para atender a todas as demandas existentes.

Por outro lado, anda a passos lentos a proposta de reforma da legislação mineral enviada ao Congresso em meados de 2013 (Projeto de Lei nº 5.807/2013), que sugeriu uma regra totalmente nova para o setor, propondo a substituição do atual regime de exploração, baseado no chamado "direito à prioridade", pelo qual o direito de exploração dos recursos é da pessoa que tiver requerido primeiro a autorização de pesquisa na área, por um novo regime, por meio do qual após a pesquisa, o Estado realizaria licitação ou chamada pública para definir quem deveria explorar os recursos encontrados.

Se já não bastasse a extrema insegurança decorrente da morosidade do trâmite do "novo" marco regulatório para o setor, o número de outorga de títulos minerários, seja para pesquisa, seja para extração, diminuiu drasticamente após referida proposta, embora os números de solicitações não tivessem diminuído no mesmo ritmo. Mais ainda, o DNPM chegou a emitir concessões de lavra subordinadas a uma eventual nova legislação, tornando precário de vez o grande ativo do setor que é o direito de exploração.

Nas últimas semanas, novamente o tema novo marco da mineração tem sido ventilado, alegando-se que a reforma seria feita por meio de três medidas provisórias. Uma regularia a transformação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) em uma agência reguladora (Agência Nacional de Mineração), supostamente implicando em mais independência e recursos para a autoridade; outra regularia a base de cálculo da Compensação Financeira pela Exploração do Minério (CFEM), que passaria do faturamento líquido para o faturamento bruto, supostamente representando uma melhor divisão dos retornos obtidos com a exploração entre as empresas e a sociedade (por meio da apropriação do Estado de parte da renda); e uma terceira trataria especificamente da regulação da atividade de mineração, estabelecendo

instrumentos de controle ambiental e, talvez, normas incentivando o financiamento do setor.

Contudo, o financiamento do setor ficou relegado a segundo plano e as discussões acerca de criação de títulos específicos para o setor minerário, como existem para setores agrícolas e imobiliários, por exemplo, não foram priorizadas. Outro tema que não vem merecendo atenção é o aperfeiçoamento de garantias para permitir a obtenção de financiamentos mais baratos, em especial considerando que a atual ordem jurídica fere a forma e o objeto ao não permitir expressamente a utilização do instituto da alienação fiduciária ou a utilização de alvarás de pesquisa como garantias. Outro ponto extremamente importante - e que na prática emperra o desenvolvimento do setor - refere-se ao registro de garantias e sua eventual excussão, sendo atualmente uma árdua tarefa arquivar um simples penhor de concessão de lavra perante o DNPM.

Talvez seja a hora de criar um sistema eletrônico coordenado pela nova agência ou permitir que a constituição da garantia seja realizada no cartório de títulos e documentos, conforme a regra geral o que, embora não seja o ideal, resolve-se dentro de prazo normalmente razoável.

Faz-se necessário ressaltar que, embora o Estado se proponha a assumir um papel de destaque na concessão de exploração de áreas já pesquisadas, não há qualquer menção à necessária atuação propositiva do Estado no intuito de viabilizar o desenvolvimento do referido projeto licitado. Este seria o momento de alinhar a legislação nacional às principais regras internacionais como, por exemplo, os Princípios do Equador, empregados pelas principais instituições financeiras do mundo e que, dentre outros aspectos, requerem a avaliação/mitigação do impacto de projetos em comunidades locais para concessão de financiamento, e a Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil, sobre povos indígenas e tribais (podendo evoluir para a discussão de exploração minerária em áreas indígenas).

Uma vez reconhecido os direitos, deveria o Estado assumir o papel de viabilizador desses entendimentos, permitindo o correto desenvolvimento do projeto licitado, ou seja, dando todo o suporte para o financiamento internacional de referidos projetos.

É certo que a atividade minerária no Brasil carece de mudanças regulatórias para permitir maior segurança jurídica e aumento no número de investidores. Desta forma, são válidos todos os esforços necessários para facilitar as mudanças necessárias e a aprovação das referidas mudanças no Congresso Nacional.

Frederico Viana Rodrigues, Eduardo Carvalho e Luciano Souza são, respectivamente, sócio e associados do Souza, Cescon, Barrieu & Flesch Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

MME / ASCOM .